



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria de Colegiados

ATA

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE DE ACESSORAMENTO DO CRH/DF
MEMÓRIA - 16ª/2021 Reunião CTPA

Data: 16/09/2021

Pauta da reunião:

- 1 – Aprovação da Ata da 14ª Reunião da CTPA de 2021.
- 2 – Informe sobre solicitação da CTPA ao CBH Paranaíba/DF sobre o encaminhamento da Reunião nº 15/2021, relativa ao cumprimento da Resolução nº 02/2021
- 3 – Apresentação da Tese de Doutorado intitulada "DESENVOLVIMENTO DE UM FRAMEWORK PARA AVALIAÇÃO DA INTEGRIDADE ECOLÓGICA DE RIACHOS" – Camila Aída Campos Couto (servidora da ADASA) e José Francisco Gonçalves Júnior (Orientador).
- 4 – Encaminhamentos.

Participantes:

Raquel de Carvalho Brostel (ABES/DF), Mona Grimouth Bittar (SEMA/DF), José Francisco Junior (UnB), Janaína Emanuelle Starling (IBRAM), Carlos Renan (CAESB), Lígia Gurgel (CAESB), Maria Consolación (CBH-Paranaíba/DF) e Renata Mongin (IBRAM).

Participaram como ouvinte: Ugo Andreazzi (SEMA), Maurício Cortines Laxe (ICMBio), Grahel Benatti (ICMBio), – Edna Aires (SEDUH), Regina Fittipaldi (Unipaz), Lauro dos Santos Correia (APRA), Denise Paiva Agostinho (FUNDAÇÃO MAIS CERRADO), Ricardo Tezini Minoti (UnB), Fabio Bakker Isaias (CAESB), Ricardo Kiyoshi Sassa (COSIR), Carlos Alberto de Miranda Aviz (FNB), Hilton Antonio Domingos Moreira (NOVACAP), Priscila Paris de Mendonça (CEB), Ivanete Silva (CASA DA NATUREZA), Raimundo Barbosa (COMUNIDADE DE SOBRADINHO), Alan M. Tonin, Eloneide Menezes Franca, Jorge Enoch Furquim (ADASA), Ludgero Cardoso Galli, Letícia Cristina Pontes, Larissa Brenda Cordeiro (FILHAS DA TERRA), Carmem Correia, Alba, Maria Rita Souza Fonseca, Guilherme Pereira da Silva Sena, Dianne, Gabriela Alves Siqueira e Silva, Priscilla Alves da Rocha (Abha), Thiago Alves do Nascimento (Abha), Junior Rubira (Abha) e Lya Furlaneto (Abha).

Participaram como palestrante: Camila Aida Campos

Reunião:

O Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal (CBH Paranaíba-DF), Ricardo Tezini Minoti, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Reforçou a solidariedade a todos que sofreram e ainda sofrem com a Covid-19 e ressaltou que brevemente haverá a discussão a respeito da retomada das reuniões presenciais. Para dar prosseguimento, ele fez a leitura do pacto de boa convivência durante a reunião

Item 1: – Aprovação da Ata da 14ª Reunião da CTPA de 2021.

A Presidente da CTPA, Raquel Brostel, consultou a todos sobre contribuições para as atas. Não havendo manifestações, a Presidente submeteu as Atas à votação, o que foi aprovada por todos.

Item 2: – Informe sobre solicitação da CTPA ao CBH Paranaíba/DF sobre o encaminhamento da Reunião nº 15/2021, relativa ao cumprimento da Resolução nº 02/2021

Raquel Brostel informou que essa é a décima sexta reunião da Câmara Técnica e que há quórum estabelecido para o início da reunião. Reforçou que a competência de revisão do enquadramento é do Comitê de Bacia e que esse diálogo é oportuno para se ter um produto mais refinado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que aprova o enquadramento. Destacou que é papel da CTPA acompanhar a implementação do enquadramento e que a Resolução número dois de dois mil e vinte e um estabelece que o Comitê tem este compromisso de estudar e apresentar uma proposta de revisão.

O Presidente do Comitê, Ricardo Tezini Minoti, projetou a Resolução número dois de dois mil e vinte e um do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e fez alguns destaques acerca da redação trazida, como a previsão de revisão do enquadramento até dezembro de dois mil e vinte e dois. Destacou que houve a procura de algumas comunidades ao Comitê, com reivindicações acerca dos recursos hídricos em suas regiões, que, inclusive, podem ser tratadas no diálogo para a revisão do enquadramento dos corpos de água. Chamou atenção que essas comunidades específicas não estavam participaram do processo de construção do enquadramento, seja por falta de conhecimento do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos ou por não terem recebido os comunicados.

O Diretor da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal, Jorge Enoch Furquim Werneck Lima, foi convidado para falar sobre o processo que se estabeleceu o enquadramento. Destacou que várias pessoas participaram do processo, em alguma ou em todas as etapas, e deixou a palavra aberta para que todos possam colaborar com a apresentação de como foi construído este processo de enquadramento. Esclareceu que sua fala era como ex-presidente de Comitê de Bacia e não falava pela Agência Reguladora de águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal. Iniciou explicando o que é o enquadramento dos corpos de água e os usos preponderantes. Segundo a apresentação, o enquadramento é um instrumento de gestão trazido pela Política Nacional de Recursos Hídricos, em que se estabelece classes para trechos do rio, em que se estabelece a qualidade da água necessária para aquele trecho, de acordo com os usos da água. Após a contextualização sobre o enquadramento, apresentou as classes aprovadas e estabelecidas no Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal. Destacou que para se chegar à proposta do enquadramento, foram feitos estudos e levantamentos. Voltou a afirmar que todos esses questionamentos foram respondidos baseados em estudos e levantamentos, considerando ainda os usos e o tempo necessário para se atingir à classe estabelecida, assim como o monitoramento e a viabilidade econômica, técnica e social da proposta. Os comitês, em cima do trazido pelo Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal, encaminharam uma nova proposta para a Câmara Técnica do Conselho, atendendo aos anseios dos Comitês, em que foram enquadrados mais trechos nas um e dois. Destacou o papel da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal no processo e a interação com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico para aprimorar o trabalho de enquadramento no quesito técnico e para analisar a viabilidade da proposta encaminhada pelos Comitês de Bacias. Neste sentido, a proposta encaminhada pelos Comitês de Bacias não foi aprovada, muito pela ocupação do solo e geração de resíduos em certas regiões, que, mesmo se tratando os resíduos da melhor forma possível, não se atingiria à classe proposta. Ressaltou que as entregas, em Classes, também deveriam ser compatibilizadas junto aos rios de domínio da União. Em outubro de dois mil e catorze, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou o enquadramento dos corpos de água do Distrito Federal, explicou. O Diretor também apresentou o Índice de Conformidade ao enquadramento atual no Sistema de Informação sobre Recursos Hídricos do Distrito Federal. Destacou que o trabalho foi muito bem-feito, mas é possível o aprimoramento, retomar o diálogo, desde que seja baseado em dados e estudos que comprovem a viabilidade das classes propostas.

Ricardo Tezini retomou a palavra, registrando a ausência da Agência Reguladora de águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal nesta primeira reunião que inicia o diálogo sobre a revisão do enquadramento e destacou a presença da Alba Ramos. Sobre a apresentação, propôs a análise que recursos hídricos permeiam em outros aspectos, como a população de um local que interfere diretamente nos recursos hídricos. Pontuou que há uma previsão de não se ter mais a Classe 4 no enquadramento e que também é preciso ter os pés no chão para que a proposta de enquadramento se tenha uma Classe possível.

O membro do Comitê, representante da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal Carlo Renan Caceres de Brito, ressaltou que há outros órgãos envolvidos na Política de Saneamento Básico.

Afirmou que vários Planos devem ser consultados e considerados na revisão do enquadramento, como o Plano Diretor de Saneamento Básico, que não há previsão orçamentária para alterar o tratamento de efluentes.

Raquel Brostel afirmou que a Bacia Melchior passou a ser utilizada para lançamentos de efluentes por conta da Bacia do Paranoá não comportar mais efluentes, neste sentido o Zoneamento Ecológico-Econômico trouxe a sugestão de considerar o planejamento urbano. Ressaltou que houve uma evolução, contudo, o enquadramento vigente tem um embasamento muito forte e para sua alteração é necessário um diálogo ampliado.

Ricardo Tezini destacou que essa decisão de transferir os efluentes ao Melchior não teve a participação popular, contudo foi feita há décadas, ele também informou que, representando o Comitê, fez duas visitas à Estação de Tratamento de Esgoto Melchior.

A representante da comunidade Filhas da Terra, Larissa Brenda Cordeiro de Souza, apresentou a pesquisa que está desenvolvendo. Disse que o Rio Melchior não possui um Parque Ecológico, e que, mesmo com o forte odor, a população ainda utiliza as águas do Rio. Por isso, destacou a importância em dialogar e informar a população ribeirinha. Apontou que o catálogo do estado não traz a informação de todas as nascentes do Rio Melchior. Cobrou um projeto de despoluição do rio, assim como foi feito no Paranoá. Para finalizar, questionou se existem outras empresas que lançam efluentes no rio e se há projetos de compensação ambiental.

Ivanete Silva, da comunidade de Ceilândia, ponderou que sabe que todos que trabalharam nesta proposta de enquadramento são técnicos, contudo não conhecem a realidade da comunidade de Ceilândia. Destacou que a frase que se ouve é que o Rio Melchior foi escolhido para morrer e, nesta perspectiva, toda a comunidade também irá morrer. Propôs que a comunidade seja ouvida e que trabalhe junto aos técnicos.

Jorge Enoch Furquim respondeu que para ele também é difícil ver o Rio Melchior nesta situação e que não é fácil classificar um Rio em Classe quatro. Complementou dizendo que o diálogo tem que ser feito com quem faz o uso irregular da terra e das águas e com o estado, que as vezes foi omissivo em algumas questões. Lembrou que o Lago Paranoá foi despoluído e que tem de se pensar em projetos para o Rio Melchior.

O membro representante do ICMBio, Mauricio Cortines Laxe, questionou se o passivo ambiental recebido pelo Rio Melchior poderia ser partilhado com futuros empreendimentos e paralelamente se pensar em programas de revitalização do Rio.

Jorge Enoch Furquim respondeu que a discussão deve ser mais ampla, envolvendo a capacidade de suporte do território. Para isso, seria necessário, inclusive, dialogar com outros estados. Destacou que há avanços na gestão de recursos hídricos, mas é necessário melhorar a integração das gestões das diversas áreas.

A representante da Fundação Mais Cerrado, Denise Paiva Agostinho, reforçou a importância de se pensar em despoluição.

Ricardo Tezini destacou que com as visitas técnicas feitas foi possível verificar melhorias na Estação de Tratamento de Esgoto Melchior e que o Comitê enviou uma carta à direção da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal a respeito das demais obras.

A representante da Universidade Holística Internacional da Paz, Regina Stella Quintas Fittipaldi, destacou que participou do processo de construção do enquadramento, e que se sabe de ocupantes irregulares, em áreas na Granja do Ipê, em que a Agência Reguladora de águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal cedeu outorga de direito de uso da água e há, ainda, o apoio da Emater para produção agrícola.

Mauricio Cortines sugeriu que as propostas e as reuniões do Comitê sejam mais divulgadas, inclusive na imprensa formal. Ratificou a fala de Regina, e destacou que o citado ocorre em todo o território do Distrito Federal.

Maria Consolación reforçou que é necessário repensar o planejamento de áreas rurais produtoras de água e unir forças com todos para ter um instrumento real de regularização e normatização.

Ricardo Tezini destacou que a Bacia do Rio Preto não há representação no Comitê.

O representante da Comunidade de Sobradinho, professor Raimundo Barbosa, comentou sobre a pesquisa feita sobre o risco ambiental do adensamento urbano nos últimos trinta anos. Segundo ele, Sobradinho aumentou quatro vezes de tamanho populacional desde mil novecentos e oitenta e nove. Compartilhou o sentimento de pertencimento exposto pela Ivanete Silva em sua fala, acerca do Rio que banha a sua comunidade. Apesar de não ser possível exportar pessoas, destacou que é possível evitar o adensamento urbano. Ponderou que a luta em relação ao Ribeirão Sobradinho acontece há onze anos e eles não foram convidados para participar do diálogo do enquadramento. Enfatizou que é preciso tomar providência em relação aos recursos hídricos no Distrito Federal.

Ricardo Tezini informou que há um Grupo de Trabalho no âmbito do Comitê, para a revitalização do Ribeirão Sobradinho e que já fizeram visitas técnicas no local. Informou que fez uma simulação junto aos seus alunos, que em dois mil e trinta e sete, o Ribeirão chegaria à Classe dois. Segundo o monitoramento feito, exposto pelo Carlo Renan Caceres de Brito, o Sobradinho foi enquadrado na Classe três. Destacou também que a Estação de Tratamento de Efluente de Sobradinho é diferente da de Melchior.

A representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, Edna Aires, expos o índice de déficit habitacional do Distrito Federal atual, com a perspectiva de chegada de mais setenta mil pessoas. Frisou a importância de se trabalhar as políticas públicas de forma conjunta e a importância da atuação do órgão fiscalizador. Questionou se a Estação de Sobradinho é de tratamento primário. Esclareceu que Sobradinho é de tratamento secundário e Melchior terciário. Falou que está fazendo parte de um Grupo que está mapeando as nascentes e contatará Larissa para dialogar.

Ricardo Tezini informou que teve uma reunião com deputados da frente ambientalista do Distrito Federal que estão dispostos a investir recurso em monitoramento.

Maria Consolación informou que está desenvolvendo um trabalho comunitário e que gostaria de participar deste mapeamento das nascentes.

Na sequência, Edna Aires respondeu que tem conhecimento e é intenção do Grupo utilizar deste trabalho comunitário.

Ricardo Tezini, expôs a solicitação da Sema para a criação de Grupo de Trabalho voltado para a ictiofauna do Rio Melchior.

Fábio Becker sugeriu que a resposta já seja formalizada no sentido de que o Comitê não tem condições de elaborar estudos enquanto não viabilizar a cobrança pelos recursos hídricos. Alertou que muitos Grupos de Trabalho podem dar morosidade aos processos.

Item 3: – Apresentação da Tese de Doutorado intitulada "DESENVOLVIMENTO DE UM FRAMEWORK PARA AVALIAÇÃO DA INTEGRIDADE ECOLÓGICA DE RIACHOS" – Camila Aída Campos Couto (servidora da ADASA) e José Francisco Gonçalves Júnior (Orientador).

O Presidente do Comitê, Ricardo Tezini, convidou a Camila Aída Campos Couto para apresentar a sua tese e contribuir com o diálogo.

Camila Aída esclareceu que framework é uma sequência de ações para atingir um objetivo específico. Também expos as várias atividades humanas que mudam os rios e afetam a sua integridade, fazendo um paralelo entre a saúde humana e a saúde do rio. Na apresentação, pontuou os itens que podem ser utilizados como indicadores de monitoramento do ecossistema aquático. No Brasil, apenas São Paulo e Minas Gerais praticam algum tipo de monitoramento biológico. A área de estudo da tese foi o Distrito Federal e entorno, com coletas diversas em campo. Após as análises, foram identificadas as espécies mais sensíveis e as mais tolerantes. Os resultados concluíram que pequenas alterações modificaram as comunidades. Destacou três fatores: condutividades, fosfato e nitrato. Usando os indicadores, foi feita a análise das áreas do estudo. O resultado mostrou que a maior parte dos cursos do rio está dentro de sua Classe de enquadramento. Segundo apresentado, esse resultado mostrou que o enquadramento foi conservador.

Ricardo Tezini, reforçou que, apesar da tendência ser excluir a Classe quatro, ela existe e que não há normativos que trazem a importância de fazer o monitoramento dos índices bióticos e sem eles não é possível falar se o rio está saudável.

Maria Consolación questionou se o monitoramento poderia ser aplicado na Bacia Hidrográfica dos afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal e qual o custo.

Denise Paiva parabenizou pelo trabalho realizado e afirmou que a comunidade está muito interessada no monitoramento ambiental e citou alguns projetos do Grupo que participa.

José Francisco Gonçalves explicou que a tese se iniciou em um Grupo de Trabalho que iria emitir um parecer sobre o monitoramento. Destacou que esse monitoramento não é trabalhoso e não é dispendioso em recursos financeiros.

Raquel Brostel, além de parabenizar o trabalho realizado e destacou a importância de conseguir demonstrar que as mudanças provocadas por atividades humanas na bacia, como o percentual de mata ciliar e o percentual de ocupação urbana, podem afetar os cursos da água. Questionou se há a perspectiva de bioindicadores para serem utilizados para lagos.

Carlo Renan sugeriu que as especificidades do enquadramento sejam discutidas para a elaboração de uma Resolução Conselho de Política Ambiental do Distrito Federal. Alertou que há um Grupo de Trabalho no Conselho de Política Ambiental do Distrito Federal para discutir reuso de água na irrigação.

Camila Aída esclareceu que recomenda a utilização dos indicadores apontados no estudo, e que os indicadores podem ser adaptados, portanto a estrutura do índice é aplicável para lagos. Houve uma sugestão de desenvolver um artigo específico sobre os custos deste monitoramento, mas um levantamento prévio apontou o custo de cerca de cinco mil reais. Esclareceu que a mesma lógica pode ser aplicada para entender as mudanças nas vazões ecológicas, mas que há a necessidade de estudos específicos para isso. Exemplificou como as comunidades podem participar do monitoramento, em que a própria comunidade faz a coleta de invertebrados, com a orientação do Governo, aumentando o senso de pertencimento da sociedade nos cuidados do rio.

Ricardo Tezini sugeriu que o Comitê articule junto ao Conselho de Política Ambiental do Distrito Federal e ao Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal o diálogo sobre o enquadramento e a aplicação do monitoramento ecológicos.

José Francisco Gonçalves colocou os laboratórios à disposição para realizar o trabalho.

Maria Consolación ratificou a proposta, e sugeriu que seja feito um pacto conjunto.

Denise Paiva lembrou que está em curso o Parque Formador e que a proposta de biomonitoramento está sendo inserida.

Raquel Brostel destacou a importância do Comitê se apropriar do recurso da cobrança e não depender apenas dos demais para efetivar suas ações. Sugeriu algumas apresentações para nivelamento de todos, como o Plano de Bacia, e para isso que se tenha reuniões conjuntas. Solicitou que haja um encaminhamento formal para dar sequência ao diálogo sobre o enquadramento, mas reforçou que seria interessante o relatório do Grupo de Trabalho no âmbito da CTPA estar finalizado.

Ricardo Tezini disse que conversará com a coordenadora para fazer o melhor alinhamento.

Item 4: – Encaminhamentos. Sem encaminhamentos.

Esgotada a pauta a reunião foi encerrada.

Dúvidas, favor contatar a DIRETORIA DE COLEGIADOS, pelo e-mail: conselho.crh@gmail.com

Brasília, 16 de setembro de 2021.

RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL (ABES/DF)

Presidente da CTPA/CRH/DF



Documento assinado eletronicamente por **Raquel de Carvalho Brostel, Usuário Externo**, em 24/11/2021, às 15:45, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=74793756)
verificador= **74793756** código CRC= **8A57A4AC**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SBN Quadra 2 Lote 9 Bloco K 3º Piso Inferior - Bairro Asa Norte - CEP 70040-020 - DF